



O processo de urbanização e o surgimento das primeiras universidades

Cloves Alexandre Castro*

Resumo: Este artigo aborda a origem da universidade e a associa aos processos sociais que culminaram na urbanização, iniciados a partir do século X, na Europa feudal e, mais tarde, no continente americano, com a colonização e os estágios de urbanização que evoluíram, concomitantes, à pilhagem metropolitana nas colônias e, no caso dos Estados Unidos da América, aos interesses da sociedade colonial.

* Professor de Geografia da Prefeitura de São Paulo. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

The process of urbanization the and the emergence of first universities

Abstract: This article discusses the origin of the university and associates it to the social processes that culminated in the capitalist urbanization, which started from the tenth century in Western Europe, and in Americas, with the colonization and urbanization stages that evolved concomitant with metropolitan plunder in their colonies and, in case of the United States, the interests of colonial society.

Palavras-chave:

Universidade, urbanização capitalista, cidades.

Key-Words:

University, capitalist urbanization, cities.

Introdução

Neste trabalho, que é parte da tese de doutorado¹ do autor, aborda-se a origem da universidade moderna e sua associação aos processos de desintegração da sociedade feudal e à emergência da sociedade capitalista, cujo motor foi o desenvolvimento urbano por meio do renascimento comercial, das cidades e da urbanização capitalista.

A produção política e social da cidade e a reprodução do espaço

Compreender o processo que originou a cidade e o fenômeno da urbanização, constituintes da sociedade urbana industrial, significa entender as fases de determinados estágios atingidos pela sociedade por meio do desenvolvimento político, social, urbano e econômico ao longo da história humana no planeta. Requer, também, um breve histórico, a título de compreensão, dos processos e relações sociais que criaram as condições para a existência das cidades como produto das sociedades humanas. Esses processos são contínuos e descontínuos, ou melhor, são descontinuidades e constituem dialeticamente a trama social.

Lefebvre (2001, p. 51) nos chama a atenção para as implicações que o evolucionismo e o contínuismo trazem para a análise da realidade urbana, principalmente por desconsiderarem as descontinuidades temporais e espaciais produzidas no bojo do processo social concomitantes às continuidades. Para ele, a regra metodológica é “evitar a continuidade ilusória, bem como as separações ou descontinuidades absolutas” (LEFEBVRE, 2001, p. 52), pois se faz necessário compreender as realidades produzidas socialmente a partir da unidade que o processo nos apresenta e nos permite a busca da totalidade. Nesse sentido, as continuidades não significam a reprodução *stricto sensu* das experiências sociais anteriores, nem tão pouco a descontinuidade expressa uma ruptura radical e a-histórica ou antiprocessos em relação às experiências sociais anteriores.

A primeira condição para o surgimento da cidade foi a relação que o homem primitivo estabeleceu com o lugar (SPÓSITO, 1988). Embora ainda nômade e sem referências fixas no espaço, a relação de respeito que tinha com os mortos fez com que se preocupasse em garantir uma moradia depois da morte. Assim, a cidade dos mortos é precursora da cidade dos vivos.

O papel da caverna na construção da identidade do homem primitivo foi de extrema importância, pois ela era o lugar da segurança, do acasalamento, da guarda dos instrumentos, ou seja, tratava-se do lugar que expressava o sentido do aconchego, hoje atribuído ao espaço da casa. Spósito (1988, p.12), referindo-se ao homem primitivo, nos lembra de que “a caverna foi o primeiro lugar onde praticavam seus rituais e suas artes, impulsos estes que depois também foram motivos de fixação nas cidades”.

As primeiras cidades a serem constituídas vieram com a revolução agrícola. Esse fenômeno foi determinante para a fixação do homem ao lugar, e se caracterizou pela reprodução dos vegetais comestíveis por meio de mudas e, mais tarde, através do plantio e da domesticação de outras plantas com sementes e a criação de animais e rebanhos (SPÓSITO, 1988), permitindo dessa forma o início do processo de sedentarização do homem e a constituição da aldeia como espaço da nova ou primeira ordem social em formação.

Os avanços derivados do desenvolvimento na seleção de sementes e cultivo agrícola permitiram que se produzissem mais do que o necessário para a manutenção das aldeias. Esse excedente alimentar possibilitou que alguns homens, antes ocupados com a produção de alimentos, passassem a se dedicar a outras atividades não relacionadas à produção de alimentos e que demarcaram a divisão campo cidade.

Singer (1973) nos lembra de que o campo deve ser entendido como o lugar onde se

¹ Movimento socioespacial de cursinhos alternativos e populares: a luta pelo acesso à universidade no contexto do direito a cidade, tese defendida em Dezembro de 2011 no Instituto de Geociências da Unicamp (IGE-UNICAMP).

desencadeia a atividade primária, enquanto a cidade é a sede do poder, da classe dominante, cuja origem está associada à apropriação do excedente alimentar produzido no campo, a dedicação às atividades urbanas não relacionadas diretamente com a produção, e ao abastecimento do campo por produtos produzidos na cidade. Assim,

a origem da cidade se confunde, portanto, com a origem da sociedade de classes, a qual, no entanto, a precede historicamente. Em certas sociedades rurais, de formas variadas, se diferencia uma classe que passa a se dedicar totalmente a certas atividades não produtivas, em geral à guerra e à religião, recebendo do resto da sociedade o seu sustento material. Esta diferenciação não se completa, no entanto, enquanto guerreiros e sacerdotes ainda permanecem no meio rural, fazendo cultivar seus campos por servos ou escravos. Somente quando a residência dos guerreiros se transforma em forte e a dos sacerdotes em templo, agrupando-se ao seu redor as casas de seus servos especializados, isto é, que igualmente deixaram de ser produtores diretos, só então a estrutura de classes se consolida e o princípio da diferenciação entre campo e cidade se estabelece (SINGER, 1973, p. 13).

Desta forma, a diferenciação espacial campo-cidade não deve ser entendida apenas por meio da compreensão da produção do excedente alimentar e pela consequente divisão social do trabalho. É necessário entender as instituições e as relações sociais que lhes foram determinantes, fundamentais para a transferência do trabalho excedente do campo para a cidade e que implica uma participação diferenciada dos homens no processo de produção e de distribuição, na abordagem de Singer, uma sociedade de classes que faz da cidade,

[...] ao mesmo tempo, uma inovação na técnica de dominação e na organização da produção [...] Assim, a cidade é o modo de organização espacial que permite à classe dominante maximizar a transformação do excedente alimentar, não diretamente consumido por ele, em poder militar e este em dominação política (SINGER, 1973, p. 15).

Esse roteiro permite-nos perceber a origem político-social da cidade, do Estado e das classes sociais. São nítidas as relações de dominação constituídas por meio da coerção, da violência, da aceitação e naturalização da subordinação do homem a outros homens, entregando “passivamente” parcelas significativas dos seus trabalhos a quem passou a ter função institucional de dar proteção e em troca receber servilmente, como uma oferenda, ou por meio da violência, todo o excedente alimentar produzido.

Naturalmente, é fácil imaginar uma pessoa poderosa, fisicamente superior, que primeiro captura animais e depois captura homens como uma condição natural preexistente de sua reprodução, como qualquer outro ser da natureza; seu próprio trabalho esgota-se no ato de dominação (MARX, 2011, p. 90).

Se, no primeiro momento, fica evidente o caráter político da sujeição do homem primitivo ou aldeão ao caçador, essa sujeição ganha ao longo do processo histórico-espacial um sentido² religioso e por isso cultural, pois as oferendas eram entregues aos poderosos nas cidades tal como uma festa onde o “divino” era presenteado com o resultado do trabalho excedente daqueles que ele protegia. Nesse sentido, percebe-se que o espaço rural, e não a cidade, é o ponto de partida da organização social que, de acordo com Marx, parte de determinada comunidade que não é,

[...] aqui, meramente um produto “de fato” da história, mas algo de que os homens têm consciência como tal – tem portanto, uma origem, temos a condição prévia da propriedade da terra, vale dizer, da relação natural entre o sujeito que trabalha com as condições naturais de seu trabalho como algo que lhe pertence. Mas este “pertencer” é mediado por sua existência como membro do Estado, pela existência do Estado - portanto, por uma condição prévia encarada como divina [...] (MARX, 2011, p. 70).

² Tal sentido da sujeição em questão deve ser compreendido como expressão da alienação caracterizada pela ausência de autonomia em prover a própria condição de reprodução diante de realidades hostis.

Isso demonstra a origem política da sociedade de classes por meio da apropriação do excedente alimentar, mas também temos a clareza de que a cidade de uma determinada época é a expressão cultural da sociedade que a produziu e a produz no cotidiano, o que demonstram as diferentes cidades e modos de produções.

A história antiga clássica é a história das cidades, porém de cidades baseadas na propriedade da terra e na agricultura; a história asiática é uma espécie de unidade indiferenciada de cidade e campo (a grande cidade, propriamente dita, deve ser considerada como um acampamento de príncipes, superposto à verdadeira estrutura econômica); a Idade Média (período germânico) começa com o campo como cenário da história, cujo ulterior desenvolvimento ocorre, então, através da oposição entre cidade e campo; a (história) moderna consiste na urbanização do campo e não, como entre os antigos, na ruralização da cidade (ibid,p. 75).

Mas afinal, o que estamos entendendo como cultura? Assumimos a definição que considera cultura a tudo que o homem produz através das relações sociais de produção e reprodução, ou seja, artefatos, esculturas, músicas, culinárias, costumes, organização social, literaturas, cidades, visões de mundo, política, religiosidades, enfim, as experiências socialmente produzidas e vivenciadas, tanto no âmbito material quanto imaterial no que tange à produção de imaginário e suas representações... Por isso, é preciso ter cuidado ao pensar as dimensões políticas e/ou culturais das sociedades para não separá-las. A dimensão política se nutre cotidianamente absorvendo diversas culturas. Algumas dimensões culturais buscam a afirmação de suas intervenções por meio da ação política, que é sempre renovada e, assim, absorve mais dimensões culturais num processo dinâmico e contraditório.

Ao refletir sobre cidadania territorialidade e cultura, demonstra-se que:

Assim como a cidadania e cultura formam um par integrado de significações, assim também cultura e territorialidade são, de certo modo, sinônimos. A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um aprendizado das ações profundas entre o homem e o seu meio, resultado obtido por intermédio do próprio processo de viver. Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência de não pertencer a um grupo, do qual é o cimento (SANTOS, 2007, p.81).

Para nós, a política se revela como instrumento mediador, mas também de confronto, fundamental na sociedade de classes. Em alguns campos, os que a operam procuram mediar e compor sob sua hegemonia as elites que dominam o Estado; já em outros, a ação política é para a reversão da lógica da exploração e privação dos homens. Já a cultura, é o acúmulo possível de todo o processo das sociedades de classes, que abarca, impreterivelmente, a questão política.

Durante a antiguidade se afirmou o papel político da cidade por nela se fixar os cidadãos, descendentes próximos daqueles que haviam se afirmado politicamente oferecendo proteção nas e das aldeias em troca do excedente produtivo. Essa evolução é fruto do processo que pode ser resumido por meio da explicação abaixo:

As cidades propriamente ditas surgem ao lado destas aldeias apenas naqueles pontos de localização particularmente favorável ao comércio ou onde o chefe de Estado e seus sátrapas trocam suas receitas (o produto excedente) por trabalho, receitas essas que gastavam como fundo-de-trabalho [...] (MARX, 2011, p.68).

Mas a intensificação da divisão social do trabalho constituiu a base territorial da classe detentora do poder. Embora o poder fosse constituído através da posse das condições naturais de produção, a terra, a

[...] base, aqui, não é a terra, mas a cidade, núcleo já estabelecido (centro) da população rural (proprietários de terras). A área cultivada é território da cidade, enquanto, no outro caso, a aldeia era simples apêndice da terra (ibid, p. 69).

Nesses termos, o “proprietário privado da terra é, portanto, um cidadão urbano” constituinte e comandante de exércitos, instituições e urbanizações, causas e resultados de conflitos e anexações imperialistas [...], cujo centro irradiador foi o espaço rural.

A desintegração do Império Romano do Ocidente, no último quarto do século V da nossa era, desidratou a urbanização ocidental europeia possibilitada pelas expansões e domínios de mais de 500 anos dos romanos sob o território europeu, norte da África e parte do Oriente Médio. No século VII, devido ao início das invasões árabes na região da Península Ibérica, acompanhada do bloqueio do mar Mediterrâneo pelos turcos, se deu a “completa” ruralização do território que abrigou durante séculos o maior império territorial da história da humanidade.

Nesse contexto, os sentidos político, econômico e social daquelas cidades que compuseram o Império Romano foram se diluindo devido ao êxodo urbano e às impossibilidades de manutenção das intensas atividades urbanas (sendo o comércio a mais importante) que davam vida àquelas cidades. Tal realidade produziu outros sentidos político, econômico e social implícitos às disputas territoriais que determinaram a diáspora para o campo, como nas disputas ao sul do continente europeu, que fecharam a economia europeia do período posterior ao do Império Romano em si mesma. Já o poder, naquela sociedade em formação, se encontrava fragmentado em vários feudos, espaço dominado por um senhor e composto por um castelo fortificado, vila camponesa, área produtiva (plantio, moinho, estábulo, celeiro) e uma capela ou Igreja. No entanto, a unidade se estabelecia em torno do rei, o mais nobre dos senhores feudais.

Assim, em contraposição às dinâmicas das cidades da antiguidade greco-romana, as cidades do período medieval são consequências da desarticulação de uma rede urbana sustentada por um poder político centralizado que dava proteção e condições para o exercício do comércio. Eis aí a presença das descontinuidades no contínuo processo de produção da sociedade humana ensinado por Lefebvre.

Naquela sociedade em formação, a terra continuava a ser fonte de subsistência e condição de riqueza. A produção artesanal voltou a se dar no campo, o que significava que toda a produção social estava determinada na posse da terra e o espaço rural se afirma como principal cenário da história. Isso coloca em dúvida a coerência de considerar urbanas as cidades religiosas e os burgos durante o período medieval. Considerando as questões políticas e econômicas, não podemos reconhecê-las como urbanas, pois as cidades,

[...] não se distinguiam do campo, como as cidades antigas - fornecedoras de serviços políticos e religiosos, reais e / ou imaginários, em troca do excedente alimentar produzido pelo campo -, mas se constituíam acessórios da economia feudal (SPÓSITO, 1988, p.31).

Destarte, a economia medieval se caracterizava pela ausência de um elemento fundamental que demarcara as sociedades urbanas originadas com a divisão social do trabalho, ou seja, a cidade enquanto lugar das trocas.

As lutas pela reconquista da Península Ibérica dominada pelos mouros e a liberação do mar Mediterrâneo para a livre navegação e circulação duraram séculos. Esse processo foi avançando na medida em que se acentuou a crise do modo de produção feudal, que, a partir do século X, já demonstrava sinais de enfraquecimento devido ao aumento da população sem a inovação dos recursos técnicos para aumentar a produção. Essa equação resultou em fome e inúmeras pestes as quais devastaram a sociedade em questão.

A solução para a crise foi a mobilização daquela sociedade, pela Igreja, sua mais importante instituição, para a busca de novos espaços em direção ao oriente, objetivando desatar o nó que deixou o continente europeu, principalmente a sua porção ocidental, impossibilitada de efetuar trocas com mercadores de todos os lugares dos dois continentes que se avizinham ao europeu. Para isso se fez necessário um poder centralizado, ao contrário dos que haviam se instituído com os feudos. Assim coube a Igreja, instituição secular já naquele momento, assumir o papel e a liderança pela reintegração da Europa nas trocas intercontinentais por meio do lançamento do movimento das Cruzadas.

Esse processo incluiu e fortaleceu também outro movimento. Trata-se de lento movimento em direção à centralização monárquica que se deu concomitantemente às Cruzadas, na medida em que elas reconquistaram territórios e restabeleceram as relações sociais de outrora, incluindo entre elas o comércio, que, por sua vez, impulsionou o processo de urbanização anteriormente estagnado.

A primeira nação europeia a constituir o Estado centralizado moderno foi Portugal, em 1383. Devido à aliança política entre o rei e a burguesia lisboeta nascente, Portugal conseguiu sair à frente na aventura de “descobrir” o Atlântico navegando a costa africana. Na segunda metade do século XV, a dinâmica da sociedade portuguesa já estava determinada pela orientação expansionista de seu Estado, cuja característica foi a de ocupar militarmente entrepostos comerciais e dominar as relações comerciais de modo a estabelecer condições vantajosas à Coroa lusitana, grafando no espaço-tempo social capítulo do processo designado por Marx de acumulação primitiva do capital. Tal renascimento comercial produziu novas possibilidades para as cidades, que, por sua vez, foram readquirindo funções políticas e comerciais de outrora e deixando de ser apenas um acessório da economia feudal.

Esse empreendimento objetivava encontrar novas rotas de comércio com o oriente e dinamizar as trocas comerciais no reino lusitano. Há pouco mais de um século da Revolução de Avis, a nação portuguesa despontava como poderosa potência marítima e econômica, às vésperas de assinar com a Espanha o Tratado de Tordesilhas, o qual partilhará o continente americano entre portugueses e espanhóis.

Tal como já demonstrou Marx, os elementos que determinam a superação das crises de uma dada sociedade estão presentes nas contradições produzidas no interior desta mesma sociedade em crise. Assim, a gênese da superação do modo de produção feudal esteve na resolução das causas que levaram o continente europeu à ruralização quase que completa, ou seja, a descentralização do poder político e as invasões bárbaras impeditivas das atividades comerciais que deram e dão sentidos à constituição de redes urbanas.

Ademais, a ruralização na Europa Ocidental enterrou as cidades greco-romanas, superando as contradições do sistema que substituiu a dinâmica da Antiguidade Clássica, surgindo as cidades comerciais, as quais propiciaram as condições para a acumulação de capitais por meio de intenso crescimento da atividade comercial e do início do processo de mundialização. Com isso, tivemos a intensificação das trocas intercontinentais e a inversão do sentido da urbanização em direção ao campo, dando início à urbanização capitalista. Indissociável a este processo é o renascimento cultural das cidades. A atividade comercial deu nova dinâmica às cidades, constituindo nelas uma vida urbana cada vez mais significativa e complexa.

No momento em que avançou esse processo, o movimento do campo em direção à cidade tornou-se mais frequente. Estabeleceram-se aglomerados e *habitus* urbanos ao mesmo tempo em que a decadência da ruralidade e do modo de vida estabelecido no campo foi desqualificado a partir das falsas dicotomias entre campo e cidade produzidas pelas ideologias que se consideraram iluminadas, enquanto as suas antíteses foram consideradas trevas (BAGLI, 2006), cujo teor, em última instância, pode ser resumido na afirmação de uma suposta superioridade cultural da cidade sobre o campo.

As transformações científicas tecnológicas e informacionais que caracterizam a fase

atual do capitalismo contemporâneo têm suas origens nas descontinuidades oriundas das estratégias de resolução da crise feudal e que hoje se apresentam como descontinuidades, em função da acumulação tecnológica sob técnicas e experimentos pretéritos.

A apreensão das técnicas de navegação dos mouros foi condição para se criar uma escola de navegação (Sagres), fundamental para se ganhar o Atlântico. A desobstrução dos caminhos que impediam as relações de trocas com a Europa Ocidental significou o estabelecimento de redes “conectadas” com o renascimento da atividade comercial. Compreendemos todos esses eventos como processos de uma mundialização em curso oriunda desde o momento da ruptura da unidade original³ e que necessita de leituras e ações diferenciadas nos diferentes contextos que se apresentam.

O achado do “Novo Mundo” e sua posterior colonização inaugurou uma nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT). As metrópoles estabeleceram o Pacto Colonial, segundo o qual a existência da colônia estava condicionada a suprir as suas necessidades, sempre através de relações comerciais e sociais desvantajosas para as sociedades coloniais, como a transferência de todos os seus recursos, naturais ou produzidos, para os territórios de onde foi estruturada a colonização (NOVAES, 1979).

Neste sentido, o processo de retomada do fenômeno urbano no período em questão apreende a crise da feudalidade ao achado do “Novo Mundo”. O poder centralizado, os massivos investimentos no comércio e na produção e burguesias cada vez mais influentes no bloco de poder produziram a revolução industrial que, como demonstra Lefebvre (2001), é a força indutora para a urbanização e para a problemática urbana na sociedade capitalista.

Essas são sinopses das faces e realidades sociais do passado e do presente, tornadas possíveis por meio do avanço técnico, do crescimento do comércio, da intensificação da produção, das revoluções industriais, e hoje, pela acumulação flexível do capital, que tem entre suas características a diminuição dos postos de trabalho, expressivo papel informacional no processo de produção e maior papel do sistema financeiro no processo de reprodução do capital⁴.

Ademais, a urbanização capitalista começou a ser produzida no interior de uma dada sociedade em crise e demarcou as distâncias entre o que ficou para trás e o que se passou a construir a partir da nova divisão social do trabalho que se fez necessária para a produção capitalista e a ascensão da burguesia enquanto classe dominante. São as descontinuidades em relação à sociedade feudal que diferenciam a cidade medieval da cidade capitalista, embora, como demonstra Le Goff (1998), a cidade medieval se apresenta menos descontínua em relação à cidade moderna do que entre as cidades da antiguidade. Se pensarmos continuidades como permanências e descontinuidades como rupturas, podemos falar também em descontinuidades nos e dos processos sociais. Ao pensarmos a cidade como produção, consumo, reprodução e acúmulo material e imaterial de uma dada sociedade num determinado território durante um período de tempo, consideramo-la como a expressão da produção social da época na qual se realiza e é analisada. Portanto, o que diferencia a cidade capitalista daquelas de modos de produções anteriores é sem dúvida a urbanização que avança de forma cada vez mais intensa em direção ao campo (LEFEBVRE, 2001).

A universidade na cidade

A universidade ocidental é fruto do processo de urbanização retomado a partir do século X e, mais precisamente, no século XI na Europa Ocidental. Trata-se de fenômeno intrinsecamente associado à crise da sociedade feudal e às condições de superação da crise a partir da própria sociedade então em crise. Como já elencamos no decorrer deste texto, não se

³ Estamos entendendo aqui como unidade original o estágio em que o homem se encontrava anteriormente à divisão social do trabalho e a sua fixação no espaço.

⁴ Sobre esse e processo sugerimos a consulta de Harvey, 1992; Santos, 1996; Forrester, 1997; e Kurz, 1992.

trata da continuidade de uma urbanização interrompida com a destruição de determinado modo de produção, e, sim, de uma urbanização cujo sentido aponta para direção oposta àquela e que anuncia outro modo de produção, qual seja, o capitalista.

O desenvolvimento urbano experimentado no período em questão se fez a partir de núcleos que eram dominados por senhores eclesiásticos, bispos, em geral nas cidades episcopais, ou por um senhor leigo, sobretudo um conde, desde a época carolíngia. Segundo Le Goff (1998, p. 16) “[...] desde o século XII, a evolução das cidades medievais constituiu-se na reunião, lenta e numa única instituição, do núcleo primitivo da cidade e de um ou dois burgos importantes”.

Trata-se de um período no qual foi necessária a atitude do desenraizamento para buscar, além das fronteiras feudais, as condições de sobrevivência que a precariedade dos feudos, associada à própria manutenção das relações feudais, já não ofereciam. Concomitantemente a essa realidade, está o processo de transição do pensamento caracterizado pela destruição da ontologia aristotélica – base de parte do pensamento medieval, principalmente daquele derivado da Escolástica – e pela gradual construção de uma nova, que viria a culminar na emergência da ciência moderna. Sobre esse contexto, Bauab aponta que

Le Goff (1995) demonstra, a título de exemplo acerca do tipo de transformação que o novo cenário urbano ofereceu, no período de efervescência universitária nos séculos XII e XIII, às visões acerca das relações entre cidade e campo, que as cerimônias realizadas para calouros tentavam reproduzir o processo de condução da bestialidade à humanidade, da rusticidade à urbanidade. Em tais cerimônias, ressalta o autor, o velho fundo primitivo aparece degradado e quase esvaziado de seu conteúdo original, lembrando que o intelectual foi arrancado da civilização agrária, do clima rural, do selvagem mundo da terra [...] graças ao trabalho camponês, os homens medievais transformaram a “natureza hostil” dos selvagens na natureza “amiga” dos civilizados (BAUAB, 2005, p. 50).

Assim, a ciência moderna e a organização societal que lhe deu origem emergem sob a desintegração e desqualificação dos modos de vida anteriores, o que por muito tempo justificou a preconceituosa alcunha ao período medieval de idade das trevas. Isso em contraposição ao que viria posteriormente, a idade das luzes, quando, ao final, estariam consolidados o pensamento e as instituições burguesas, entre as quais a universidade moderna.

Dessa forma, a universidade, da forma como a concebemos na atualidade, é originária da Europa Ocidental, e a Universidade de Bolonha, na Itália, fundada em 1088, é considerada o berço da universidade ocidental. Aproximadamente na mesma época o movimento de criação de universidades se generalizou pela Europa, fundamentalmente em função dos processos que começaram a ameaçar a ordem feudal e a constituir as bases da modernidade. Foram processos relacionados ao renascimento comercial e cultural, os quais deram outras dinâmicas para as cidades medievais, abrindo caminho para contestações das ordens predeterminadas e para o movimento de centralização do poder pelas monarquias nacionais, fundamental para a expansão marítima comercial, considerada a primeira expressão do processo de mundialização contemporânea.

Nesse contexto, constitui-se na Inglaterra a Universidade de Oxford, e na França a Universidade de Paris. Sabe-se que ainda hoje existe uma polêmica sobre qual instituição surgiu primeiro. Ainda na Inglaterra, temos o exemplo de Cambridge que, ao lado de Oxford, são as duas grandes universidades inglesas clássicas e que simbolizam o início do ensino superior nesse país. Almeida Filho relembra que as

[...] primeiras universidades foram fundadas na Itália e na França, no século XI. Essas universidades pioneiras eram abertamente escolásticas, absorvendo o papel social das instituições religiosas que haviam sido sua semente. As proto-universidades substituíram os mosteiros como principal locus de produção de conhecimento para uma sociedade feudal em transição, já nos albores do Renascimento, como alternativa da nascente sociedade civil (burgueses, artesãos etc.) aos centros de formação clerical, que tinham como missão educar a elite pensante da época (ALMEIDA FILHO, 2008, p. 83/4).

Na Espanha, a Universidade de Salamanca foi organizada no século XIII, em 1218, e é mundialmente reconhecida, seja por se tratar de uma belíssima universidade, mas principalmente pela qualidade que a acompanha até os dias de hoje. Em Portugal, ainda no século XIII, em 1290, é formada a Universidade de Coimbra, instituição que ainda hoje mantém sua tradição e que acolheu os filhos das elites coloniais brasileiras, até mesmo depois do início da constituição do sistema universitário brasileiro, na terceira década do século XX.

Na Alemanha, contrariamente ao que muitos pensam, a universidade surgiu depois de todo esse movimento, ainda que instituições isoladas e religiosas já existissem. A primeira instituição que lá se organizou como universidade foi a Universidade de Erfuert, apesar de Heidelberg ser a principal referência dos germanos. Ainda nessa mesma época, final do século XIV, uma série de outras também foram criadas, dando origem ao que hoje conhecemos como a rede de universidades daquele país.

O que se ensinava naquelas instituições contribuía para o desenvolvimento e continuação da cultura erudita e a forma mais significativa de saber que um homem livre desejaria: as Artes Liberais (Gramática, Retórica, Lógica, Aritmética, Música, Astronomia e Geometria) (CHARLE; VERGE, 1996). Sobre o currículo dessas universidades, Almeida Filho faz a seguinte observação:

A arquitetura curricular da universidade medieval era bastante simples, em tese articulando todo o saber legitimado da época em um ciclo básico composto pelo ensino das sete artes liberais, divididas em dois blocos: o *trivium* (Gramática, Retórica e Dialética) e o *quadrivium* (Aritmética, Geometria, Astronomia e Música) (ALMEIDA FILHO, 2008, p. 84).

Tratava-se de uma proposta baseada no arquétipo aristotélico e que dava sustentação à estrutura social do mundo medieval que caminhara, com o fortalecimento das universidades e crescimento das cidades, a passos largos para a ruína.

Temos, portanto, o percurso de como a universidade se estabeleceu no continente europeu. Nossa lente esteve focada para esses países, para essas universidades, porque tais instituições surgiram por meio de experiências vividas por povos diferentes, mas que compartilhavam a mesma ordem social que possibilitou a origem do que chamamos de precursora da universidade contemporânea. Até bem recentemente, essas instituições eram referência tanto para a formação de nossas elites, como para o espelhamento da criação das universidades brasileiras, estabelecendo assim o relacionamento acadêmico que as nossas universidades mantêm com a Europa.

É importante destacar que são instituições organizadas muitas vezes à margem do poder constituído do Estado, da realeza, da nobreza, da Igreja ou até em função de conflitos entre o poder da Igreja e o poder da nobreza, mas com uma característica extremamente importante: a autonomia com que essas instituições buscavam se organizar como comunidades de professores e de estudantes. A esse respeito recorreremos novamente a Almeida Filho:

Várias formas de resposta às ameaças contra a missão supostamente civilizatória do Ocidente cristão foram tentadas, como a organização de corporações de estudantes livres que resultou na Universidade de Bolonha, ou fruto de iniciativas de Estados autônomos como a Universidade de Oxford, ou mesmo pela manutenção de uma linguagem direta religiosa, como a Universidade de Paris. Mesmo com essa diversidade, a universidade medieval herdou uma série de práticas da instituição religiosa hegemônica, a Igreja Católica Romana nesse período, que conformava a estrutura monástica dessa instituição na sua história inicial (ALMEIDA FILHO, 2008, 84).

Ele diz que é exatamente como um artesão, um homem de ofício, comparado aos outros habitantes da cidade que o intelectual da Idade Média se sente. Le Goff nos mostra que o intelectual do período medieval do Ocidente nasce com as novas dinâmicas sociais produzidas e percebidas nas cidades a partir do processo político e econômico que significou o fim da Idade Média. É com a expansão das cidades por meio das redes constituídas pelo comércio e

o artesanato que ele aparece como homem de ofício que se instala no lugar onde se acentua e diversifica-se a divisão social do trabalho.

Sua função é o estudo e o ensino das artes liberais, atividades racionais utilizadas nas produções de instrumentos materiais e intelectuais e, por isso, organizadas no seio do movimento corporativo.

As origens das corporações universitárias apresentam-se-nos frequentemente tão obscuras como as dos outros corpos de ofícios. Organizaram-se lentamente, à custa de sucessivas conquistas, ao acaso de incidentes que representam outras tantas ocasiões. Muitas vezes os estatutos não sancionam estas conquistas senão tardiamente [...] Nas cidades onde se formam, as universidades, pelo número e qualidade dos seus membros, manifestam uma força que inquieta os outros poderes. É na luta, ora contra os poderes eclesiásticos, ora contra os poderes laicos, que elas conseguem conquistar a sua autonomia (LE GOFF, 1973, p. 73).

A origem social dos universitários medievais é estabelecida considerando aqueles que possuem as ordens sacras, ou seja, significativa formação religiosa. Os bispos locais exigiam a sua sujeição, pois o ensino era função eclesiástica. Almeida Filho aponta que

[...] toda a educação universitária nessa fase inicial compreendia formação teológica avançada, com base na filosofia escolástica. A universidade escolástica era geradora e guardião da *doxa*, ou doutrina, aquela modalidade de conhecimento que se define pelo completo respeito às fontes sagradas da autoridade. Seu modelo acadêmico baseava-se na transmissão do saber mediante relações diretas mestre-aprendiz (ALMEIDA FILHO, 2008, p. 84).

Chefe das escolas, o bispo delegou seus poderes a oficiais, chamados de inspetores, que mais tarde passariam a ser chamados de chanceleres e se mostrariam resistentes em abandonar o seu monopólio já não absoluto. Isso resultou em conflitos que determinaram a perda do privilégio do chanceler para ministrar aulas. Esse direito passa para os mestres da universidade, o que limitou o poder temporal da Igreja na instituição universitária (LE GOFF, 1973).

Durante o período que sucedeu sua formação, a universidade também se debatia contra os chamados poderes laicos e principalmente contra o poder real que procurava submetê-la às corporações que significavam possibilidades de riqueza e prestígio aos interesses do reino. Este processo gerou intensos e sangrentos conflitos na Universidade de Paris, o que resultou nas primeiras greves e posteriores lutas pela conquista da autonomia em relação ao Estado e à Igreja. Na Inglaterra, o conflito entre o Papa e João Sem Terra caracterizara os primeiros passos para a independência da universidade. Sobre isto, Marilena Chauí aponta que

A legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista da ideia de autonomia do saber em face da religião e do Estado, portanto, na ideia de um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão. Em outras palavras, sobretudo depois da Revolução Francesa, a universidade concebe-se a si mesma como uma instituição republicana, pública e laica (CHAUÍ, 2003, p. 5).

O quadro 1 demonstra as principais universidades europeias e as suas cidades, Estados/ países e as datas de fundação. Nele está evidente, partindo da análise temporal dos territórios donde se encontram cada instituição, a relação determinante entre desenvolvimento urbano, por meio do renascimento comercial, a formação das monarquias nacionais e o surgimento das universidades, que, juntos, constituíram parte do todo que determinou a formação do modo capitalista de produção, que, por sua vez, exigiu uma instituição universitária pós-escolástica, cujo paradigma se deu a partir da necessidade de absorver e processar a diversidade cultural e artística da África e da Ásia trazida para a Europa com as ocupações dos mouros e as descobertas marítimas.

Quadro 1 – Universidades na Europa até 1499.

NOME	CIDADE-SEDE	PAÍS	ANO DE FUNDAÇÃO
Universidade de Bolonha	Bolonha	Itália	1088
Universidade de Paris	Paris	França	1090
Universidade de Oxford	Oxford	Inglaterra	1096
Universidade de Modena	Modena	Itália	1175
Universidade de Cambridge	Cambridge	Inglaterra	1209
Universidade de Salamanca	Salamanca	Espanha	1218
Universidade de Perúgia	Perúgia	Itália	1200
Universidade de Hacettepe	Ankara	Tunquia	1204
Universidade de Montpellier	Montpellier	França	1220
Universidade de Pádua	Pádua	Itália	1222
Universidade de Nápoles	Nápoles	Itália	1224
Universidade de Toulouse	Toulouse	França	1229
Universidade de Siena	Siena	Itália	1240
Universidade de Valladolid	Valladolid	Espanha	1241
Universidade de Valença	Valença	Espanha	1246
Universidade de Múrcia	Múrcia	Espanha	1272
Universidade de Macerata	Macerata	Itália	1290
Universidade de Coimbra	Coimbra	Portugal	1290
Universidade Complutense de Madri	Madri	Espanha	1293
Universidade de Lérida	Lérida	Espanha	1300
Universidade de Roma	Roma	Itália	1303
Universidade de Orleans	Orleans	França	1305
Universidade de Florença	Florença	Itália	1321
Universidade de Camerino	Camerino	Itália	1336
Universidade de Pisa	Pisa	Itália	1343
Universidade de Praga	Praga	República Tcheca	1348
Universidade de Pávia	Pávia	Itália	1361
Universidade de Jagelônica	Cracóvia	Polónia	1364
Universidade de Viena	Viena	Áustria	1365
Universidade de Genebra	Genebra	Suíça	1365
Universidade de Pécs	Pécs	Hungria	1367
Universidade de Palermo	Palermo	Itália	1374
Universidade de Erfurt	Erfurt	Alemanha	1379
Universidade de Heidelberg	Heidelberg	Alemanha	1386
Universidade de Colónia	Colónia	Alemanha	1388
Universidade de Ferrara	Ferrara	Itália	1391
Universidade de Zadar	Zadar	Croácia	1396
Universidade de Würzburgo	Würzburgo	Alemanha	1402
Universidade de Turim	Turim	Itália	1404
Universidade de Aix-en-Provence	Marseille	França	1409
Universidade de Leipzig	Leipzig	Alemanha	1409
Universidade de Barcelona	Barcelona	Espanha	1410
Universidade de St Andrews	Andrews	Escócia	1412
Universidade de Rostock	Rostock	Alemanha	1419
Universidade Católica de Louvain	Louvain	Bélgica	1425
Universidade de Poitiers	Poitiers	França	1431
Universidade de Catânia	Catânia	Itália	1434
Universidade de Caen	Caen	França	1437
Universidade de Bordeaux	Bordeaux	França	1441
Universidade de Glasgow	Glasgow	Escócia	1451
Universidade de Istambul	Istambul	Tunquia	1453
Universidade de Greifswald	Greifswald	Alemanha	1456
Universidade de Ingolstadt	Ingolstadt	Alemanha	1450
Universidade de Freiburg	Freiburg	Alemanha	1457
Universidade de Basileia	Basileia	Suíça	1460
Universidade de Nantes	Nantes	França	1463
Universidade de Génova	Génova	Itália	1471
Universidade de Mainz	Mainz	Alemanha	1476
Universidade de Uppsala	Uppsala	Suécia	1477
Universidade de Tübingen	Tübingen	Alemanha	1477
Universidade de Copenhague	Copenhague	Dinamarca	1479
Universidade de Aberdeen	Aberdeen	Escócia	1494
Universidade de Santiago de Compostela	Santiago de Compostela	Espanha	1495
Universidade de Madrid	Madrid	Espanha	1499

Geografia Ensino & Pesquisa, v. 18, n.1, p. 39-54, jan./abr. 2014.

Castro C. A.

É possível perceber, por meio da análise temporal deste quadro, que a formação da primeira instituição universitária referente a cada território representante desses estados-nações está indissociavelmente ligada às transformações nas relações de trocas experimentadas em tempos diferentes pelos espaços e territórios que compõem o continente europeu.

Considerar a universidade como instituição resultante do fenômeno urbano—produzido pela intensificação do comércio no interior das cidades e entre cidades de distintos e distantes Estados e, no caso do continente americano, da urbanização resultante da pilhagem organizada para satisfazer e organizar o desenvolvimento mercantil das potências colonizadoras, por meio da aquisição de minérios de alto valor no mercado (como a prata e o ouro)—ajuda a compreender a distribuição espaço-temporal das universidades na América.

A ação colonial do Estado espanhol na América e o êxito na pilhagem dos recursos que o “novo” território oferecia contribuíram para que a instituição universitária fosse constituída, primeiro, na América espanhola a partir de ações conjuntas e contraditórias do Estado Colonial e da Igreja. Conjuntas por se tratarem de ações coloniais concomitantes, e contraditórias, pois, enquanto as ações induzidas pelo primeiro agente implicavam a superação das estruturas que davam poder e centralidade ao segundo agente, as ações do segundo implicavam a reprodução da cultura que se desestruturava na Europa, cuja base era o pensamento escolástico.

Ainda no século XVI, a América espanhola já contava com seis universidades. As primeiras universidades americanas foram fundadas por decreto real e se orientaram por estatutos inspirados nos estatutos das Universidades de Salamanca e Alcalá. A pioneira é a Universidade Autônoma de São Domingos; depois, a Universidade Nacional Maior de São Marcos, em Lima; e no mesmo ano, a Universidade Autônoma do México, na Cidade do México. O Colégio Universitário São Tomás de Aquino e Universidade de São Carlos, na Guatemala, encerraram o ciclo das universidades fundadas na América Espanhola durante o século XVI.

Charle;Verger definem as primeiras universidades americanas desta forma:

[...] quase sempre controladas por ordens religiosas, ensinando principalmente Teologia e Direito Canônico, as universidades da América Latina eram claramente fundações coloniais e missionárias: vinte delas foram estabelecidas antes da independência, com maior ou menor sucesso, nas principais colônias espanholas (CHARLE;VERGER, 1996, p. 42).

Diferentemente de outras potências coloniais que se apropriaram do território americano, Portugal não operou para instituir o ensino superior em sua Colônia americana. Não acreditamos que tal ausência tenha sido objeto de deliberada orientação de Estado, como sugere Almeida Filho (2008, p.93) no seguinte excerto: “... os colonizadores portugueses jamais permitiram o estabelecimento de instituições de educação universitária no Brasil [...]”. Ora, se fizemos a opção de considerar a instituição em tela como um produto e, ao mesmo tempo, substrato do fenômeno da urbanização, não podemos associar a sua gênese – num território cujas relações sociais são tão distintas e distantes do lugar de onde irradiam as determinações – apenas a uma simples determinação ou vontade de Estado.

Destarte, o papel do Estado no processo de instituição da universidade no continente americano é o de indutor da urbanização, considerando o desempenho de cada uma das potências coloniais a partir da constituição do Estado Moderno e do mercantilismo.

Nesse sentido, o Estado espanhol emergia no final do século XVI como potência mundial, enquanto Portugal caminhava para uma crise que a levou à decadência e para o lugar que ocupa na geopolítica europeia atual.

Inicialmente, pode-se dizer que a natureza da crise portuguesa foi de origem econômica em função do alto custo da nobreza, gastos e investimentos na exploração e defesa na colônia e de uma balança comercial cada vez mais desfavorável. No entanto, não podemos deixar de atribuir a justa importância aos fatos que permearam o processo de sucessão do reino de Portugal, quando foi encerrada a dinastia de Avis e iniciado o domínio espanhol sobre o reino, durante os anos de 1580 a 1640. Esses fatos produziram paisagens, cenários e territórios que nem todos conseguem vislumbrar nas simplicidades da narrativa histórica datada, tais como o controle holandês da produção açucareira no Nordeste brasileiro e as disputas pela hegemonia-mundo, da época, entre Espanha, Holanda e Inglaterra.

A restauração portuguesa ocorreu com o início da dinastia de Bragança, em meio à conquista da

hegemonia mundial pela Inglaterra, após conflito bélico com o Estado holandês que, por sua vez, havia derrotado e enfraquecido militar (político) e economicamente a Espanha, o que contribuiu para a independência portuguesa. Entretanto, essa independência em relação à Espanha foi coroada com tratados que colocaram o país de joelhos em relação aos interesses da Inglaterra. Entre tais tratados, destaca-se o de Methuen, também conhecido como tratado dos panos e vinhos, o qual estabelecia que, enquanto a Inglaterra daria preferências aos vinhos portugueses, os lusitanos deveriam consumir somente os tecidos ingleses (FURTADO, 2003).

Pode-se afirmar que o Tratado de Methuen foi o coroamento da dependência portuguesa em relação à Inglaterra e, por consequência, da sua colônia, pois, ao priorizar os panos ingleses, Portugal inviabilizou suas manufaturas e passou a adquirir os manufaturados de que necessitava por meio dos recursos provenientes da região aurífera de Minas Gerais, a partir do final do século XVII. Pode-se afirmar que a parte mais significativa do ouro extraído da região que compunha as Minas Gerais foi transferida para a Inglaterra.

O turbulento período da história portuguesa que resultou na perda da autonomia do Estado na gestão do seu próprio reino e numa dependência cada vez mais servil foi contemporâneo ao surgimento das primeiras universidades no continente americano. No nosso modo de ver, esses foram os principais motivos que permitiram a difusão de universidades na América espanhola e inglesa e apenas um tímido e fragmentado ensino superior na colônia portuguesa instalados nas ordens confessionais. Destarte, não haveria como o Estado português instituir universidades nas suas colônias sem nem mesmo conseguir estabelecer uma ordem institucional que lhe garantisse o direito de gerir o próprio reino sem interferências políticas e econômicas da Espanha e, depois, da Inglaterra.

O quadro 2 a seguir ajuda-nos a vislumbrar com mais exatidão a inseparabilidade dos eventos relacionados à produção de uma ordem global e à temporalidade das universidades instituídas na América naquele momento. Trata-se de temporalidades políticas e, por isso, espaciais, produzidas no bojo de conflitos de caráter local e regional, mas com desdobramentos e interesses globais. Tais interesses referiam-se ao apoderamento e compressão do mundo por meio da maior concentração de riqueza sob a tutela do Estado e a difusão da Santa Fé, que justificava a ação sobre os povos e territórios recém-encontrados.

Observemos que, durante os séculos XVI e XVII, o Estado espanhol se dedicou a introduzir a instituição universitária nas suas colônias na América, época de ascensão deste Estado como significativa potência, disputando a hegemonia mundial e derrotado na metade do século XVII pelos holandeses. Curiosamente, na América do Norte as universidades foram aparecer 98 anos depois do surgimento da Universidade Autônoma de São Domingos, no final da terceira década do século XVII. Trata-se da Universidade de Harvard, fundada em Massachusetts, em 1636.

Charle;Veger demonstram os sujeitos indutores e os interesses que os moveram na aventura de construir umas universidades nas colônias inglesas.

Na América do Norte, as primeiras universidades, sob forma de colégios, foram antes de tudo o fruto de interesses locais: tratava-se de formar pastores e administradores de que necessitavam as colônias inglesas; os primeiros colégios foram Harvard, 1636, Williamsburg, 1693 e Yale, 1701 (CHARLE;VEGER, 1996, p. 42).

O que precisa ficar claro é que o processo indutor do projeto de universidade na América do Norte se deu de forma diferenciada das experiências da América Latina. Enquanto que na América espanhola a universidade foi introduzida por meio de decreto real e era fortemente controlada por ordens religiosas, no Norte da América ela surgiu como aspirações internas do projeto de se construir uma nação, já que os interesses mobilizados eram de formação de religiosos e gestores para as colônias inglesas. Almeida Filho esclarece que

Nos Estados Unidos, as primeiras instituições superiores surgem no século XVII, o primeiro século da colonização. Os primeiros colleges não eram cópias de Oxford ou Cambridge, mas escolas utilitárias que buscavam atender às necessidades educativas das comunidades locais e preservar seus valores. A forte tradição protestante da sociedade colonial norte-americana foi a motivação básica do esforço de alfabetização de sua população, possibilitando a todos acesso direto aos textos bíblicos. Essa valorização da educação transformou a sociedade norte-americana numa das mais escolarizadas do mundo, ainda no período colonial (ALMEIDA FILHO, 2008, p.89).

Geografia Ensino & Pesquisa, v. 18, n.1, p. 39-54, jan./abr. 2014.

Castro C. A.

Quadro 2 – Universidades americanas antecessoras da universidade brasileira.

NOME	CIDADE-SEDE	PAÍS	ANO DE FUNDAÇÃO
Universidade Autônoma de Santo Domingo	Santo Domingo	Rep.Dominicana	1538
Universidade Nacional Maior de São Marcos	Lima	Peru	1551
Universidade Autônoma Nacional do México	Cidade do México	México	1551
Colégio Universitário São Tomás de Aquino	Guatemala	Guatemala	1556
Universidade de São Carlos	Guatemala	Guatemala	1595
Universidade Nacional de Córdoba	Córdoba	Argentina	1610
Pontifícia Universidade Javeriana	Carrera	Colômbia	1622
Universidade Autônoma de Yucatán	Yucatán	México	1624
Universidade Maior Real e Pontifícia	Sucre	Bolívia	1624
Universidade de Harvard	Cambridge	E.U.A.	1636
Universidade Nacional de Rosário	Rosario	Argentina	1653
Universidade de Bogotá	Bogotá	Colômbia	1662
Universidade de Laval	Quebec	Canadá	1663
Universidade Nacional de San Cristóbal de Huamanga	Ayachucho	Peru	1677
Universidade Nacional de Cuzco	Cuzco	Peru	1692
Universidade de Williamsburg	Williamsburg	E.U.A.	1693
Universidade Yale	Nova Haven	E.U.A.	1701
Universidade Central da Venezuela	Caracas	Venezuela	1725
Universidade de Havana	Havana	Cuba	1728
Universidade do Chile	Santiago	Chile	1738
Universidade de Guanajuato	Guanajuato	México	1752
Universidade Columbia	New York	E.U.A.	1754
Universidade da Pensilvânia	Filadélfia	E.U.A.	1755
Universidade do Sudeste	Campeche	México	1756
Universidade Autônoma de Querétaro	Querétaro	México	1765
Universidade Central do Equador	Quito	Equador	1769
Universidade dos Andes	Mérida	Venezuela	1785
Universidade de Guadalajara	Guadalajara	México	1792
Universidade Nacional Autônoma de Nicarágua	Managua	Nicarágua	1812
Universidade de Buenos Aires	Buenos Aires	Argentina	1821
Universidade Nacional de San Agustín	Arequipa	Peru	1828
Universidade Maior de San Andrés	La Paz	Bolívia	1830
Universidade de El Salvador	San Salvador	El Salvador	1841
Universidade Nacional Autônoma de Honduras	Tegucigalpa	Honduras	1847
Universidade de Guayaquil	Guayaquil	Equador	1867
Universidade Nacional de La Plata	La Plata	Argentina	1884
Universidade Católica do Chile	Santiago	Chile	1888
Universidade Nacional de Assunção	Assunção	Paraguai	1890
Universidade Nacional de Loja	Loja	Equador	1895
Universidade de Porto Rico	Rio Piedras	Porto Rico	1903

Fonte: LOUREIRO, M.A.S., s.d (organização do autor).

À margem dos processos constituintes de universidades nas outras colônias da América, o Estado português inviabilizou, com a sua dependência consentida, principalmente em relação aos ingleses, qualquer possibilidade de desenvolvimento na sua colônia de outros interesses diversos daqueles da corte metropolitana. O desenvolvimento de manufaturas e de um ensino superior fora dos limites eclesiásticos só viria a surgir com a transferência do reino de Portugal para o Brasil devido à conturbada conjuntura internacional, inaugurada com a revolução burguesa na França.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, fizemos um esforço para resgatar as origens da universidade moderna ocidental aos processos associados à crise do sistema feudal: o desenvolvimento urbano cujo motor foi o renascimento comercial e a formação das monarquias nacionais europeus.

Esse processo se deu de formas diferenciadas no que se referem as experiências europeia e das porções Anglo-saxônica e Latina do continente americano.

Enquanto que a emergência da universidade europeia está associada aos processos que acentuaram a crise do antigo regime e o surgimento do capitalismo, a universidade americana já nasce com o capitalismo comercial consolidado e é consequência desse processo, pois é resultado das hegemonias constituídas respectivamente pela Espanha e Inglaterra na Europa, e, ao mesmo tempo, das pilhagens das riquezas, dos povos pré-colombianos, que viabilizaram a expansão do capitalismo europeu (e devem ser entendidas como um dos capítulos do processo de acumulação primitiva do capital).

A situação política e econômica do Estado espanhol (em grande parte consolidada pelos recursos advindos da exploração das suas colônias americanas) foi fator estruturante no que se refere à construção da universidade na América Espanhola, pois à medida que se efetuava o saque dos recursos americanos, avançava a urbanização e a estruturação do aparelho de Estado espanhol em seu território colonial. Entre tais estruturações, a instituição universitária.

Na América saxônica o processo em tela foi iniciado no século XVII a partir de um projeto de nação construído por sujeitos e agentes sociais que, em função das condições políticas e religiosas na Inglaterra, foram “fazer” a América no sentido de se construir uma nova nação que os amparassem acerca das questões que a Inglaterra os expulsavam, e, cujas características deveriam assemelhar-se (ao menos no que se refere à memória imediata dos sujeitos que a construiu) às da antiga e isso, justifica, por exemplo, o nome de algumas cidades, como a de New York, a qual faz menção a uma das mais antigas cidades da Inglaterra, York, fundada no ano de 71 e chegando a ser a principal capital do Império Romano no ano de 190.

Se num primeiro momento, as determinantes dos saxões na América foi as da construção de uma nação pautada em princípios religiosos, essas foram minimizadas na medida em que se acumulou riqueza e o capitalismo norte americano se desvincilhou-se do espírito religioso e associou-se às questões mundanas. Nesse sentido, a instituição universitária nesse país tem forte tradição privada e solidas ligações com o mercado.

Ao longo da sua existência, a universidade tem se debatido na luta pela autonomia, seja em relação à Igreja, durante o período medieval, seja em relação ao Estado, com a afirmação da modernidade, mas, o modelo produzido pela experiência norte-americana situa a instituição universitária cada vez mais aos interesses do mercado e do capital.

Referências bibliográficas

ALMEIDA FILHO, Naomar de. Universidade nova no Brasil. In: ALMEIDA FILHO, Naomar de. ; SANTOS, Boaventura de S. **A universidade do século XXI: para uma universidade Nova.** Coimbra; Edições Almedina S/A.

BAGLI, Priscilla. Rural e Urbano nos municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema. 207f. **Dissertação de Mestrado em Geografia** - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

BAUAB, Fabrício Pedroso. Da Geografia Medieval às origens da Geografia Moderna: contrastes entre diferentes noções de Natureza, Espaço e Tempo. 313f. **Tese de Doutorado em Geografia** - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. **História das universidades.** São Paulo: Editora UNESP, 1996, 131p.

CHAUÍ, Marilena. Universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, nº 24. – set, out, nov, dez. – São Paulo: 2003 p. 5-15.

FORRESTER, Viviane. **Horror econômico.** São Paulo: Editora UNESP, 1997, 154p.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. - 32ª edição - Rio de Janeiro: Editora Nacional, 2003, 256p.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre a origem da mudança cultural. -11ª edição - São Paulo: Edições Loyola, 2002, 349p.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, 232p.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na idade média**. Lisboa: Estudos Cor, 1973, 184p.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001, 145p.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. **História das Universidades**. São Paulo: Estrela Alfa Editora, s.d, 510p.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. – tradução João Maia. –7ªedição. São Paulo: Paz e Terra, 2011, 140p.

NOVAES, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1809)**. São Paulo: Hucitec, 1979, 420p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: espaço e tempo: razão e emoção. – São Paulo: Hucitec, 1996, 308p.

_____. **O espaço do cidadão**. - 7ª edição - São Paulo: Edusp, 2007, 176p.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1995, 152p.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988, 88p.

Correspondência:

Cloves Alexandre Castro

E-mail: clovesacastro@yahoo.com.br

Recebido em 31 de maio de 2013.

Revisado pelo autor em 22 de abril de 2014.

Aceito para publicação em 27 de abril de 2014.